

O frágil processo de democratização (1945-1964)

Aluizio Medeiros da Silva Filho²³¹

Resumo

A proposta deste artigo está em discutir, de forma concisa, a experiência democrática vivida na política brasileira do período entre 1945 a 1964, onde ao mesmo tempo em que questiona os limites desse ensaio de democracia, aponta para os avanços e para entrada em cena de novos atores políticos em um ambiente de heterogeneidade em relação a propostas pensadas para o Brasil.

Palavras-chave: democracia, redemocratização, sociedade.

Abstract

The purpose of this article is to discuss concisely the lived experience of democracy in Brazilian politics of the period from 1945 to 1964, where at the same time it questions that test the limits of democracy, pointing to progress and to put in scene new political actors in an environment of heterogeneity in relation to proposals thought to Brazil.

Keywords: democracy, democratization, society.

Entre a década de 1930 e a primeira metade da década de 1940 o Estado brasileiro viveu todo um processo de centralização do poder contra o localismo e privatismo da política anterior, que até então se inspirava em um modelo democrático-liberal nas instâncias de poder municipal, estadual e nacional e favorecia o regionalismo. Assim, repudiando o liberalismo e desejando um Estado forte e autônomo que subordinasse os interesses locais e regionais aos

²³¹ Doutorando em História pela UFPE, orientando da Prof^a Dr^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa, com apoio da CAPES.

interesses do governo central o Brasil vivenciou na formação de um Estado autoritário, a busca pela modernização baseada na intervenção, constituindo uma burocracia estatal técnica, além de uma importante legislação trabalhista que viria a marcar a obra política do presidente Getúlio Vargas, repercutindo diretamente no fortalecimento do movimento queremista²³².

Apesar das intervenções econômicas, sociais e políticas realizadas pelo Estado Novo, vivia-se uma ditadura. O Congresso foi fechado e os governos estaduais reduzidos a províncias sem autonomia, sob a direção de interventores do governo federal; também os partidos políticos foram proibidos e as eleições suspensas. A política no país passava a ser arbitrada pelo governo federal. Completa o quadro da época a forte censura à imprensa e a manifestações públicas, além da própria valorização de um nacionalismo impulsionado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que atuava nos símbolos, valores e crenças que dariam sentido ao ser brasileiro. Acrescenta-se ainda a ação policial que aparada no modelo autoritário deixava a população fragilizada quanto ao resguardo da lei.

É importante ressaltar também, sobre o período do Estado Novo, que os rumos seguidos pelo Brasil se aproximavam de uma orientação geral que vinha sendo trilhada pelos países europeus, onde desde o fim da 1ª Guerra Mundial, segundo Pandolfi (1999), deparava-se com a constante crítica do modelo liberal clássico

²³² Segundo Jorge Ferreira: “O queremismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na *pessoa* de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o queremismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta (Cabral, 1984, p.169). o resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores, o PTB” FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (org.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 43.

de organização social, desembocando em concepções de estado totalitários, autoritários, nacionalistas, estatizantes ou corporativistas. Porém, as diretrizes externas não devem ser tomadas como o fator determinante, no próprio âmbito da política brasileira vinha se desenvolvendo uma crise pela hegemonia do poder, crise essa que é percebida nas cisões regionais que terminam por destituir a elite cafeeira da supremacia política, mesmo que isso não signifique sua completa expropriação do poder.

O campo das relações sociais brasileiras é particularmente significativo para a compreensão desse processo de disputa de poder, dentre os estudos que abrangem esses aspectos, encontram-se as pesquisas de Diniz (1986), defendendo que,

O Estado Novo representaria historicamente uma etapa no processo de incorporação à vida política das novas camadas sociais que acompanham o desenvolvimento e diferenciação da economia brasileira, determinando a inviabilidade do sistema tradicional de dominação que refletia o predomínio da oligarquia agroexportadora no conjunto da sociedade.²³³

Tal incorporação dos grupos vinculados ao setor industrial não se dá pela plena transferência de poder dos grupos agroexportadores, não é uma ruptura, mas uma renegociação de forças interconectadas.

Após o reajuste de forças, pode-se perceber, que apesar do Estado Novo não ser fruto de uma ação de uma burguesia industrial, este contribuiu para sua ascensão e tomada de consciência enquanto interesses específicos. Acresce-se que a conjuntura internacional de crise propiciou o crescimento industrial interno que permite ver o período entre 1930 a 1945 como um processo de passagem da economia exportadora para a economia que produz para o mercado interno.

²³³ DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classe. In FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. 3º Vol. Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986.

Analizando em termos de regime político a burguesia industrial que aos poucos disputava o poder político com os grupos agroexportadores não pleiteava a abertura de um regime democrático, se expondo ao risco de uma pluralidade de forças políticas e de uma expansão de legislação trabalhista. Era mais cômodo e fácil se adaptarem ao autoritarismo vigente no governo, uma vez que permitia o acesso no centro do poder de uma hegemonia burguesa.

Por sua vez, para a consolidação do golpe, o Estado Novo buscou sua legitimação através de bandeiras como a de defesa do desenvolvimento econômico, da criação dos direitos sociais e na busca por um progresso fortemente atrelado a idéia de ordem. Vale ainda salientar que tais esforços de arregimentar parcelas das camadas populares urbanas não significavam a ampliação de negociações fora da esfera do restrito controle estatal, qualquer mobilização popular era duramente reprimida. O golpe também foi justificado para a sociedade como uma medida de salvação do Brasil perante o perigo comunista. Porém na esteira de seu desenvolvimento, o governo autoritário, arregimentou inúmeros inimigos que terminaram por unir as forças de oposição ao Estado Novo, dando início, como era dito na época, ao período de “redemocratização”. Porém, vale ressaltar, que se estas oposições convergiam quanto à necessidade de pôr um fim à ditadura, divergiam quanto aos meios de chegar até lá.

Com a nova conjuntura mundial que segue a derrota do nazismo e do fascismo europeu, o Estado Novo é posto em xeque. Dez dias depois de uma entrevista de José Américo de Almeida contrária ao governo, estudantes universitários promovem um comício na Praça da Sé, no entanto, uma multidão de trabalhadores vão as ruas contrário a este comício, desejosos da continuidade de Vargas. É a vez da intelectualidade ser tomada por espanto pela falta de apoio popular, uma vez que se combatia uma ditadura em prol da democracia. Para o momento, a intelectualidade, buscou construir explicações baseadas na força da propaganda desencadeada pelo DIP. Porém, como discutido

no trabalho de Elza Borghi Cabral, não há propaganda que sustente por um período tão extenso uma personalidade política sem que exista de fato uma relação de benefícios para a sociedade em termos materiais e simbólicos.

Como para este trabalho nos propomos a pensar sobre a democracia e entendemos que ela pode ser descrita como um dos diferentes modos no qual o poder político pode ser exercido pelo povo, seja de forma direta com a participação de todos nas decisões ou pela forma indireta de representantes eleitos pelo povo a fim de representá-los. Porém o fato da existência de uma constituição, de eleições e de partidos políticos serem indicativos de abertura democrática, não configuram por si só um governo democrático. Porém, o período apresenta em cena um novo ator político que passa a contracenar de forma cada vez mais ativa com as elites dominantes, trata-se dos trabalhadores e de seus ensaios democráticos.

Este trabalho de análise está dividido em dois momentos, dedicaremos a primeira parte para tratar de aspectos conceituais no que diz respeito à democracia, considerando algumas de suas diversas interpretações, já a segunda parte do artigo é dedicada a própria discussão presente no cenário intelectual da época estudada.

Democracia, um conceito de múltiplas proposições.

O conceito de democracia encontra-se no centro de um debate a respeito da maior ou menor participação popular na esfera das decisões públicas, pertence a esse debate uma longa trajetória histórica que encontra questões em diversos pensadores desde a Grécia Antiga. Porém é na modernidade que o debate é ainda mais acirrado, refletindo a oposição entre uma perspectiva de democracia participativa e uma outra que pode ser entendida como democracia representativa.

Para a democracia antiga, todos os cidadãos possuíam o direito de participar dos negócios públicos, participação direta

onde cada membro, sendo igualmente soberano, como os demais, discutia e participava do processo decisório de interesse público, sem representação. Apesar de que isso circunscrevia uma parcela minoritária, pois mulheres, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos.

A democracia enquanto uma forma de governo, entre tantas outras, permeou debates desde a antiguidade. Aristóteles ao expor a diversidade dos regimes políticos, traça suas impressões a respeito da democracia, como “a pior das formas boas, mas a melhor entre as variedades más”. Vale ressaltar que para a divisão social existente na época vivida por Aristóteles, a democracia não era entendida como o regime dos homens livres, em seu caráter da universalidade desses “homens livres”, mas sim o regime onde os homens livres seriam a maioria. Platão também não acreditava na democracia, entendendo-a como uma degeneração da Oligarquia (governo dos poderosos), na qual a ânsia por liberdade terminaria levando a sociedade à Tirania, pois esta busca cada vez maior por liberdade existente na democracia contestaria as normas, regras e leis criando uma sociedade sem compromisso com o exercício político, o que propiciaria a subida de um tirano.

Já em meio ao absolutismo monárquico, a participação política, seus limites ou a representação, serão objeto de debates onde encontramos Thomas Hobbes como um dos primeiros teóricos do contratualismo moderno do qual a sociedade abdica de sua liberdade individual, recolocando esse direito nas mãos de um sujeito superior, através de um pacto, o contrato social. Porém, qual seria o limite da ação do Estado? Esse não foi o intento da análise de Hobbes, sendo o principal questionamento feito por Locke que entende não a transferência de todos os direitos dos súditos para o soberano, mas apenas o direito de criar as leis e de impô-las, ou seja, o poder de legislar e executar.

Toda a história do pensamento político é perpassada pela disputa envolvendo a escolha da melhor forma de governo, recebendo a democracia argumentações favoráveis ou não a sua implementação. Porém, de uma forma geral, a reflexão inicial do pensamento político moderno tenderá favorável à monarquia, contra a democracia, em autores como Hobbes, Locke, Vico, Montesquieu, Kant e Hegel. Exceção entre os clássicos pode se encontrar no pensamento de Spinoza, um defensor da democracia que fundamenta seu pensamento no conceito de liberdade e entendendo a necessidade do governado se identificar com o governante. Em sua formação moderna a democracia cresceu frente a uma constante confrontação com a aristocracia enquanto forma de governo. Rousseau é considerado o grande pai da democracia moderna, defende que os interesses arbitrários do indivíduo devem dar lugar à construção coletiva daquilo que permite que todos possam ser iguais. A partir da participação direta do povo no poder seria possível construir as vontades gerais, que é o fundamento do corpo político rousseauiano.

A democracia representativa emerge pós-Revolução Francesa, a adoção da representatividade e não de uma forma direta é motivada, segundo Laisner, pela *“complexidade dessas novas sociedades e o aumento no tamanho dos Estados e da população, assim como a extensão da cidadania, entre outros fatores, tornavam a tomada de decisões por todos os cidadãos uma tarefa inexeqüível”*.²³⁴ Teremos então, ao longo de todo o século XIX o confronto de duas doutrinas políticas onde os limites da participação e os fundamentos da democracia passam a ser analisados, o socialismo e o liberalismo. Desse enfrentamento surgiram às concepções dominantes da teoria democrática que vigorariam na segunda metade do século XX, relacionando-se a responder três questões: a da relação entre procedimento e forma democrática; a do papel da burocracia essencialmente hierárquica na contradição de

²³⁴ LAISNER, Regina. “A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática?” In: *Estudos de Sociologia*, nº 26, Araraquara, v.14, 2009, p. 18.

uma sociedade democrática e a inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala.

Assinala-se que ao longo da história a definição da democracia implicou *“a restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um procedimento eleitoral para a formação dos governos, consolidando a democracia representativa.”*²³⁵ (Laisner, 2009, p.23). No que Schumpeter vai afirmar que a prioridade não deveria ser a soberania popular já que a diversidade de valores pede que pese os procedimentos de convivência entre os indivíduos, ficando a cargo das elites políticas as atribuições do governo. Nesse modelo a característica central da democracia é a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo, sendo a democracia, nesse entendimento, um conjunto de regras para a disputa do poder.

Nesses últimos anos pôs-se a questão de saber se a distinção entre sociedade civil e Estado, que por dois séculos teve curso, teria ainda a sua razão de ser. Afirmou-se que ao processo de emancipação da sociedade do Estado seguiu-se um processo inverso de reapropriação da sociedade por parte do Estado, que o Estado, transformando-se de Estado de direito em Estado Social [...] mal se distingue da sociedade subjacente que ele invade por inteiro através da regulação das relações econômicas. (BOBBIO, 2004:51).

Pensando a democracia tanto na esfera política quanto na esfera social, percebemos que a extensão da democratização enquanto experiência vivida na sociedade, não se dá pura e simplesmente pela substituição de uma democracia representativa pela democracia direta. Tal extensão é de fato vivida quando o cidadão (então indivíduo de direito político) passa a usufruí-la no campo da sociedade civil, considerado em sua multiplicidade (ao mesmo tempo pai, produtor, consumidor, usuário, etc.), como nos informa Bobbio:

²³⁵ Idem, p. 23.

Uma vez conquistado o direito à participação política, o cidadão das democracias mais avançadas percebeu que a esfera política está por sua vez incluída numa esfera muito mais ampla, a esfera da sociedade em seu conjunto, e que não existe decisão política que não esteja condicionada ou inclusive determinada por aquilo que acontece na sociedade civil. (BOBBIO, 2004:156).

Por esta razão, podemos compreender a democracia enquanto um tipo ideal de governo, porém os denominados Estados democráticos não configuram por si a plena realização democrática, permitindo “*existir um Estado democrático numa sociedade em que a maior parte das instituições, da família à escola, da empresa aos serviços públicos, não são governadas democraticamente.*”²³⁶ Logo se pode concluir que a democracia política não institui uma sociedade civil alicerçada em experiências democráticas, que não basta à universalização do voto e a possibilidade de retirar o mandato do representante eleito, é necessário estender a experiência política às diversas instâncias, diferentes das tradicionalmente políticas, tornando-se possível o direito do voto.

É dessa dupla perspectiva, democracia política e democracia social, que discordamos de entender o processo de transição política do Estado Novo para a nova ordem democrática como uma ruptura do autoritarismo então vigente, podemos entender talvez uma inflexão, pois tanto Vargas quanto os militares continuaram controlando o aparato estatal, permanecendo em Dutra, mesmo que de forma mais branda. A própria população, permaneceu de uma forma geral, excluída das decisões políticas. Enfim, tratar de uma “redemocratização” não assinala a ruptura para uma nova ordem, a menos que a entendamos enquanto controlada “de cima” como analisada por Linz²³⁷.

²³⁶ BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p.156.

²³⁷ Uma obra que marcou os estudos que perpassam a transição de períodos autoritários, totalitários e democráticos foi *Problems of Democratic Transition and Consolidation* de

Uma outra estruturação da divisão da democracia é dada nas análises de Bresser-Pereira (2000), para este autor a democracia brasileira gradualmente avança de uma democracia das elites para uma democracia de sociedade civil que se estrutura para uma futura democracia de povo. Dessa forma, trabalha com três tipos distintos de democracia, a Democracia de Elites²³⁸ que pode ser percebida em todo o período de redemocratização, entre 1946 a 1964, onde temos “*a continuidade de formas autoritárias de políticas de elites, mas com três fatos novos que permitem ser já considerada democrática: liberdade de expressão, eleições livres, e a vigência do estado de direito*”²³⁹ esta forma de pensar e fazer política na democracia está atrelada ao pensamento de Schumpeter e a constituição de elites políticas; os outros dois tipos de democracia, na concepção desse autor, seria a Democracia de Sociedade Civil da qual vivenciamos desde o processo final da Ditadura Militar onde paulatinamente o poder das elites diminui de acordo com o aumento do poder principalmente das camadas médias e a Democracia de Povo, esta tida como o tipo ideal desejado, mas ainda não alcançado por nenhum país.

Juan Linz e Alfred Stepan (1996), nela os autores postulam cinco modelos de regimes políticos onde, inseridos numa análise que enfatiza tanto as origens históricas quanto ao contexto do seu momento, vislumbra as diferentes vias *possíveis* que poderiam ter sido assumidas no processo de suas transições. Apesar do termo ruptura-pactada não ter sido utilizado para o caso brasileiro, entendendo muito mais o controle das elites e pelos militares organizados, mesmo reconhecendo as pressões vindas de baixo. Autores como (Share, 1987; Easter, 1997) entendem a prolongada negociação entre governo e oposição do pós-ditadura como uma transição pactada entre estes diversos elementos constitutivos da sociedade. No caso aqui estudado, o fim do Estado Novo, compreende uma ruptura para a democracia onde permanece o controle das elites e dos militares, mesmo considerando as pressões vindas “de baixo”.

²³⁸ A Democracia de Elite abarcaria e poderia ser compreendida por democracia de massa, democracia populista, democracia delegada.

²³⁹ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da política de elites à democracia de sociedades civis. In: VELLOSO, João Paulo dos R., (org.). *Brasil 500 Anos Futuro, Presente, Passado*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000, p. 2.

A democracia que foi esboçada na redemocratização de 1945 a 1964 conviveu com crescentes demandas por reformas estruturais na sociedade, a maior participação popular no jogo político de forças comumente controladas por elites que apesar de heterogêneas, convergiam quanto à necessidade de manutenção de seus privilégios, no decorrer da primeira metade da década de 1960, viu o recrudescimento do embate de forças da direita e da esquerda onde a frágil democracia, era o que menos importava. Tanto à direita quanto à esquerda mais radical estavam potencialmente vislumbrando uma ação golpista. Democracia e reformas, bandeiras de um período que antecede o golpe de 1964, sem democracia, sem reformas.

Democracia na redemocratização, o perigo da participação popular.

Com a Lei Agamenon, promulgada em 28 de maio de 1945 ocorre a partir de então uma radical alteração na prática política do país, o que repercute no processo de redemocratização política de forma muito mais ampla do que a adoção do sistema proporcional e do pluripartidarismo, uma vez que as agremiações políticas só poderiam receber registros e participar do pleito eleitoral se tivessem representatividade nacional.

Além destas conquistas, porém, o Brasil passa a incorporar novos agentes políticos no processo eleitoral. Há de fato uma notável ampliação da participação da população adulta se comparada com o período anterior, saindo de uma média de 5% ao longo da República Velha para um total de 13,4% em 1945 e ultrapassando essa marca durante os anos procedentes.²⁴⁰ Embora a maior participação não seja imperativa de maior lisura, esse aspecto passa a receber maior atenção, sendo formado o Supremo Tribunal Eleitoral encarregado a partir de então de fiscalizar os pleitos eleitorais.

²⁴⁰ Era necessário que o partido obtivesse assinatura de ao menos cinquenta mil eleitores espalhados em pelo menos cinco estados.

Dos partidos criados pode-se dizer que três centralizavam disputas em nível nacional, o Partido Social Democrata (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); muito embora o Partido Comunista do Brasil (PCB) mereça igualmente destaque por entre outras questões, ser um partido de caráter nacional já desde 1922, tendo inclusive um plano de metas estruturado para o partido e alcançando em capitais como o Recife, mais influência do que o próprio PTB²⁴¹.

O PSD foi fundado dentro da perspectiva de representantes de uma burguesia majoritariamente rural. O partido reuniu principalmente em seus quadros os interventores do período do Estado Novo e representantes das oligarquias estaduais. Por essa maneira o PSD já nasce grande e enraizado na estrutura administrativa do primeiro governo Vargas, além de manter como característica ao longo de sua história, segundo Motta, a disposição para “*negociar com diversas correntes de opinião*”. Se o PTB foi o grande aliado durante quase todo o período democrático, é perceptível o início de fissuras nos últimos sete anos, onde paulatinamente o PSD se alinha com seu principal adversário, a UDN, uma vez que seu antigo aliado começa a desenvolver um maior diálogo e aliança com os comunistas.

A UDN nasce dentro do movimento de oposição ao Estado Novo que culmina com a derrocada do regime autoritário, estabelecendo como principal linha de ação a crítica a Getúlio, ao getulismo, ao trabalhismo. Apesar de sua fundação ser marcada pela luta ao retorno da democracia liberal a UDN após sucessivas

²⁴¹ Em Pernambuco, a partir de 1955 os partidos PCB, PSB e PTB formaram uma aliança política, onde o PCB que desde 1930 trabalhava na legenda *Trabalhador, Ocupa Teu Posto*, vinha ganhando boa penetração eleitoral no Recife e regiões próxima. Mais informações, consulte “Mendonça, Taciana. *Alianças políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.” Onde é analisada a existência não de uma única Frente do Recife, mas de Frentes que eram renegociadas a cada eleição.

derrotas políticas no pleito presidencial passa a se orientar dentro de uma estrutura golpista e antidemocrática que pode ser verificado em seu envolvimento tanto no contexto da renúncia de Jânio Quadros em 1961 quanto na conjuntura do golpe de 1964.

Compondo o panorama dos três grandes partidos nacionais, o PTB, como esclarece Delgado, montou sua estrutura “*entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo o território nacional.*”²⁴² Objetivava em seu início, conter o avanço do PCB que ampliava suas bases junto à classe operária, além de se apresentar no quadro político como o defensor da legislação trabalhista diante da estruturação democrática do país.²⁴³

O contexto de guerra-fria, com a polarização da influencia em ordem mundial entre capitalistas e comunistas, com o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos da América, além do nítido crescimento da força do PCB nas urnas, levariam a um decreto presidencial em 1947 que colocou o PCB, mais uma vez em sua história, a operar na ilegalidade. Tendo como sua principal base social de apoio os trabalhadores, rivalizava influência com o PTB, porém se os petebistas investiam em relações clientelistas estruturadas do topo até a base, os comunistas, por seu turno, procuraram atuar nas bases, incentivando uma maior participação política dos trabalhadores.

A democracia enquanto “regra do jogo” de disputa pelo poder político passa a ter que levar em conta a atuação da classe trabalhadora. Já no início do período o movimento queremista apesar de não ter alcançado propriamente seus objetivos, mas como observa

²⁴² FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.139.

²⁴³ (Delgado, 1989)

Ferreira, a vitória de Dutra levou a “*constatação, espantosa para eles, de que os trabalhadores, de maneira contundente e irreversível, passaram a ter vontade política*”.²⁴⁴

Posteriormente, um novo baque para a oposição, Vargas retorna ao poder em 1951 pelos meios democráticos, mesmo que no decorrer de seu governo o apoio dado pelos trabalhadores vinha sendo paulatinamente enfraquecido.

Apesar da busca por cooptação por parte da UDN, PSD e PTB, partidos situados entrem a extrema direita e o centro, os trabalhadores não deixaram de atuar através de pressões como grandes greves e paralisações, ou de votar em candidatos de esquerda, nem tão pouco de buscar sua própria auto-organização uma vez que a estrutura sindical como pensada pelo trabalhismo embora tenha conseguido aproximar o operariado das políticas públicas não deu conta enquadrá-los completamente. “*Não era mais possível governar sem levar em conta a presença e os interesses dos trabalhadores. Uma das saídas foi cortejá-los; outra, tentar ao máximo enfraquecê-los, sabendo ser impossível alijá-los das urnas.*”²⁴⁵

Aos poucos a lei enquanto espaço ideal e a Justiça enquanto espaço real de concretização de ações em benefício, material ou simbólico, da classe trabalhadora, passa a se configurar cada vez mais em campo de luta. O pluripartidarismo por sua vez desponta mais e mais em uma composição que apesar da heterogeneidade do cenário, com diferentes partidos e projetos, ocorre uma visível polarização entre os grupos de caráter reformistas e nacionalistas e um segundo grupo que buscava intensificar a internacionalização da economia nacional, além de alinhá-la ao bloco capitalista, contra o comunismo.

²⁴⁴ Ibidem, p.43.

²⁴⁵ Ibidem, p. 62.

É desta disputa entre reformistas e conservadores, com o crescente aumento da participação popular no jogo das decisões políticas, sem esquecer o contexto de guerra-fria e a aproximação dos petebistas com os pecebistas em fins da década de 50 a meados de 60, que reflete a aproximação dos partidos oligárquicos: o PSD, partido de maior bancada legislativa e antigo aliado petebista, com a UDN principal opositora a herança getulista, ao trabalhismo e já nitidamente distanciada de suas origens democráticas, sendo propensa a ações golpistas como visto em 1954 e 1961 por exemplo.

Inclusive, os anos de 1961 e 1964 são emblemáticos para pensar o embate entre a direita e a esquerda no Brasil do período em tela, tendo como pano de fundo a questão da democracia. Se no ano de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, a direita estava propensa a um golpe de Estado articulando principalmente as Forças Armadas e a UDN visando impedir a posse legal do então vice-presidente João Goulart ao cargo maior do poder executivo e se viram confrontadas com a movimentação popular de grandes proporções que abarcou simpatia de diferentes setores, resultando num acordo pela manutenção da legalidade através da restrição do poder presidencial, numa estrutura de governo semi-parlamentar. Em 1964 o então presidente João Goulart, já com plenos poderes, via sua política de aproximação com a bancada do PSD no Congresso ser rechaçada: ao mesmo tempo que era acusado de comunista pela UDN e propenso a reformas de base que desagradavam os PSD, era, da mesma forma, tido como conciliador²⁴⁶ pela extrema esquerda passando a perder apoio de sua principal base de sustentação.

²⁴⁶ Explicando sobre o pensamento contrário a política de conciliação e a radicalização assumida por grupos de esquerda que tinham em Brizola seu representante, Ferreira analisa que para estes grupos “se o confronto direto com os conservadores resultaria na vitória das forças reformistas, porque a insistência do presidente de “conciliar” com os pessedistas?” Era aconselhável um golpe de Estado.” (2004, p.108)

Nos prelúdios do golpe Militar em 1964 ambos os lados, a direita e a esquerda, tinham amplos setores propensos a ação golpista, as esquerdas e os grupos nacionalistas, como discutida por Ferreira, “defenderam, em 1961, não reformas econômicas e sociais, mas, sim, a ordem legal. O movimento, portanto, era defensivo. Os setores direitistas por sua vez, ao pregarem abertamente o golpe de Estado e a alteração da Constituição pela força, perderam a legitimidade.”²⁴⁷ Como observa o mesmo autor, ocorre em 1964 uma inversão, a defesa da Constituição passa a ser tomada pelos conservadores e pela direita eloqüentes discursos de defesa da ordem legal. “As esquerdas, diversamente, pediam o fechamento do Congresso, a mudança da Constituição e questionavam os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946.”²⁴⁸ Ou seja, se em 1961 a vitória pertence as esquerdas, é a legalidade que está sendo defendida, a mesma legalidade que é posta em dúvida agora pelas esquerdas em 1964 e que os grupos direitistas assumem sua defesa.

Como discutido no livro de Argelina Figueiredo (1993), os acontecimentos dos primeiros anos da década de 1960 puseram em destaque a fragilidade de nossa democracia, porém, muito mais do que a ação de alguns atores, Figueiredo procede a uma análise estratégica sobre todo um contexto, inter cruzando com as perspectivas de alguns de seus protagonistas e crenças, demonstrando os interesses em conflito. Como sintetiza Adam Przeworski:

“A democracia entra em colapso não porque não haja consenso, mas porque torna-se incompatível com a estrutura de interesses: quando os conflitos são tais que os resultados que emergem da aplicação das regras não dão aos perdedores temporários incentivos suficientes para aceitar a derrota.”²⁴⁹

²⁴⁷ FERREIRA, Jorge. A frente de mobilização popular, a esquerda brizolista e a crise política de 1964. In: FERRAZ, Socorro (org.). *Clio*: Revista de pesquisa histórica. N. 22. Recife: EDUFPE, 2004, p.122.

²⁴⁸ Ibidem. pp. 122-123.

²⁴⁹ FIGUEIREDO, Argelina Chibub. *Democracia ou Reformas?: alternativas democráticas*

Ou seja, se a democracia, no entender de Bobbio, descreve as regras do jogo pela disputa de poder, a ampliação da participação popular no processo de eleição e a crescente mobilização de trabalhadores tanto na esfera urbana quanto na rural cria demandas públicas de benefício social que passam a ser exigidas através de paralisações, greves e toda uma sorte de pressões que pedem intervenção do Estado, reformas e ampliação de direitos. O equilíbrio entre regras democráticas aceitáveis e competição política pela mudança sócio-econômica está na raiz da disputa e uma vez que os agentes em jogo assumem posturas contrárias e intransigentes, a essa altura o grau de negociação possível é praticamente fechado, fica claro, assim, no dizer de Przeworski, *“para que a democracia perdure é necessário que a aceitação dos resultados da competição institucionalizada entre interesses conflitantes seja melhor para as principais forças políticas do que suas chances de derrubar as instituições democráticas.”*²⁵⁰

Porém, a insipiente democracia estabelecida, uma democracia de elites e não uma democracia da sociedade civil, como explicitado anteriormente, encontrou na conjuntura dos últimos anos, uma ausência de compromisso com a legalidade, tanto dos elementos de esquerda, como os de direita.²⁵¹ *“Em última instância, o conflito entre grupos acirrou o consenso negativo e solapou as possibilidades de manutenção de uma ordem democrática. Portanto, a crise teve como característica uma forte pressão polarizada a favor ou contra as reformas de base, sem qualquer compromisso com a democracia política institucional”*²⁵²

à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.16.

²⁵⁰ Ibidem, p.17.

²⁵¹ Ver a esse respeito, dentro de uma perspectiva conjuntural de ênfase política: Santos, Wanderley Guilherme (1986); Figueiredo, Argelina (1993); Ferreira, Jorge (2003).

²⁵² DELGADO, Luciliar de Almeida Neves. 1964: Temporalidade e Interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois*. Bauru (SP): Edusc, 2004, p. 25.

Nesse momento histórico a busca por maior participação, da ampliação da democracia e das reformas, entraram em choque com o conservadorismo e com a manutenção dos privilégios detidos pelas elites. Em vários momentos houve a possibilidade de conciliação entre os anseios da direita e da esquerda como demonstrado por Figueiredo (1993), a direita detendo maioria no Congresso reivindicava modificações no Plano Trienal e na reforma de base que assegurasse seus benefícios para permitir sua aprovação, a esquerda talvez em face ao apoio recebido em 1961, acreditava em seu poder de mobilização, os mais radicais, como Francisco Julião, desejando as reformas “na lei ou na marra”, da evolução desse impasse fomentam-se conspirações que por fim têm-se como resultado o golpe de Estado e a interrupção da democracia no Brasil, dada a incerteza e fragilidade de sua estrutura frente a potencial implementação de mudanças sociais.